

# **CLIPPING IMPRESSO**

**26/01/2022**



# INDICE

---

1. CORREIO BRAZILIENSE	
1.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	2 - 3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. INSTITUCIONAL.....	4 - 5
3.2. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	6

# EIXO CAPITAL



**LAYRCE DE LIMA (interina)**  
layrce.lima.df@cbnet.com.br



## À QUEIMA-ROUPA

**RENATA GIL**  
Presidente da  
Associação dos  
Magistrados Brasileiros

AMB/Divulgação



**"As novas regras possibilitarão um incremento na representatividade, mas só alcançaremos o patamar adequado se mais mulheres se dispuserem a votar em mulheres"**

**A AMB e a Escola Judiciária do TSE promovem em fevereiro o 1º Encontro Nacional de Magistradas Integrantes de Cortes Eleitorais, em um momento em que se discute a participação das mulheres na política. Por que essa preparação especial?**

O Brasil, como uma das maiores nações democráticas do planeta, realiza eleições periódicas, com voto universal, direto e obrigatório — o que demanda um grande empenho da Justiça Eleitoral no sentido de organizar e garantir a segurança do pleito. O nosso propósito, claro, é tornar o sistema eleitoral mais eficiente. A expectativa é de ampliar o diálogo entre todos os atores desse processo e buscar orientações com relação ao enfrentamento de problemas importantes, como, por exemplo, as fake news. Também vamos enfrentar a questão das candidaturas femininas de fachada

— aquelas que apenas cumprem as cotas de financiamento —, os gastos partidários distorcidos, e, em especial, a violência política contra a mulher.

**Do ponto de vista da participação no processo eleitoral, as magistradas, promotoras, procuradoras, mesárias enfrentam discriminação de gênero?**

As mulheres enfrentam a discriminação de gênero em absolutamente todas as áreas em que atuam. Dentro do Sistema de Justiça, não é diferente. O acesso das mulheres aos espaços de poder ainda é muito restrito, embora, felizmente, tenhamos avançado nos últimos anos. No caso específico do Poder Judiciário, temos uma representação mais equilibrada no primeiro grau — porém o índice cai drasticamente quando analisamos a segunda instância e os tribunais superiores. Por esse motivo é que

iniciativas como o Encontro de Magistradas Integrantes de Cortes Eleitorais são tão importantes: elas empoderam mulheres.

**Como proteger candidatas e autoridades eleitas da discriminação de gênero e da violência na política?**

Esse é um processo lento e paulatino. É importante, em primeiro lugar, que as mulheres vítimas de discriminação de gênero e violência política não se calem. Elas precisam denunciar, seja às autoridades competentes, seja à imprensa, ou, até mesmo, nas redes sociais. O pior é sempre o silêncio. Em segundo lugar, é indispensável que os partidos instituem órgãos internos capazes de apurar essas denúncias e de dar encaminhamento a políticas de inclusão. Em terceiro lugar, é fundamental que o Ministério Público e o Judiciário tenham um olhar atento para os abusos que ocorrerão ao longo do pleito e estejam prontos para dar respostas efetivas, dentro da lei.

**As novas regras para fiscalizar os gastos partidários e as campanhas eleitorais de candidatas mulheres serão suficientes para garantir uma paridade melhor no resultado final das eleições de 2022?**

Certamente, continuaremos longe da paridade. A presença feminina tem crescido no Congresso Nacional, mas ainda ocupa cerca de 15% das vagas — um número absurdo se levarmos em conta que contabilizamos metade do eleitorado. Acredito que as novas regras possibilitarão um incremento na representatividade, mas só alcançaremos o patamar adequado se mais mulheres se dispuserem a votar em mulheres.

**Passaporte vacinal é exigido para entrada no Fórum de São Luís**

PÁGINA 6

## Passaporte vacinal é exigido para entrada no Fórum de São Luís

Começou nesta segunda-feira (24) a exigência da apresentação do comprovante de vacinação contra o Coronavírus (COVID-19), para acesso ao Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), como determina a Portaria-GP Nº 482022, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo. O documento - físico ou eletrônico - deve ser apresentado por todas as pessoas, sem exceção, para entrarem no local. O controle é feito pelo pessoal da Segurança Institucional, na entrada principal e demais acessos ao prédio.

A diretora do Fórum, juíza Andréa Perlmutter Lago, explicou que o órgão atende a determinação do presidente do TJMA e lembra a quem não possui a carteira impressa pode apresentar a Carteira de Vacinação Digital, disponível no site Gov.br. Para ter acesso ao documento eletrônico é necessário instalar o aplicativo "Conecte SUS" no smartphone, disponível para Android e IOS. Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone "Vacinas", em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

"A exigência de apresentação do comprovante de vacinação é para todos; não há distinção de pessoas", garantiu a diretora. O documento deve ser apresentado por magistrados, magistradas, servidores, servidoras, colaboradores terceirizados, colaboradoras terceirizadas, membros do Ministério Público, defensores públicos, defensoras públicas, advogados e população em geral.

A cabeleireira Josy Melo, que esteve no Fórum de São Luís nesta segunda-feira (24) para acompanhar um processo, disse que a exigência do comprovante de vacinação da COVID-19

traz mais tranquilidade às pessoas que precisam ir até o local. "Aqui é fechado, tem muita gente circulando e saber que todos estão vacinados nos dá mais segurança", ressaltou. A mesma opinião tem o açougueiro Michel Lima, que também foi ao Fórum no primeiro dia da obrigatoriedade do passaporte vacinal.

O advogado Washington Luiz Ferreira disse que considera acertada a medida. "Acho importante. Estamos em um ambiente fechado e assim nos sentimos mais seguros, sabendo que todos que entram aqui estão vacinados", afirmou.

Já a dona de casa Sandra Viegas não teve autorização para entrar no Fórum. É que ela esqueceu em casa a carteira de vacinação impressa e não teve como apresentar a carteira eletrônica disponível no site Gov.br. "Vou voltar amanhã com o documento. Eu não sabia que no Maranhão já estavam exigindo o passaporte vacinal. Já tomei as duas doses da vacina contra a COVID-19 e acho importante exigir isso para entrar nesses locais", declarou.

A apresentação do passaporte vacinal é obrigatória para entrada em todas as unidades judiciais e administrativas da Justiça de 1º e 2º Grau do Poder Judiciário do Maranhão. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manifestou-se favorável à determinação do TJMA que exige carteira de vacinação para ingresso nas unidades, em ação contrária, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB/MA). A entidade entrou com Procedimento de Controle Administrativo (PCA) perante o CNJ, alegando que o ato administrativo do TJMA viola a liberdade profissional dos advogados e os direitos da população. O pleito foi rejeitado pelo CNJ.





# **TJMA repudia violência que resultou na morte da travesti Paulinha em Timon**

**PÁG.12**

## Últimas Notícias

### **TJMA repudia violência que resultou na morte da travesti Paulinha em Timon**

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Comitê de Diversidade, vem a público manifestar repúdio aos atos brutais de violência que culminaram no assassinato da travesti Paulinha, no dia 23 de janeiro, na cidade de Timon/MA, em circunstâncias que caracterizam transfobia, crime de ódio à orientação sexual ou à identidade de gênero da vítima, o que evidencia a necessidade de reflexão da sociedade e das instituições do Sistema de Justiça quanto a erradicação da homotransfobia e outras práticas discriminatórias.

Ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento histórico da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 e do Mandado de Injunção 4733, reconheceu que na hipótese de homicídio doloso a homotransfobia configura a circunstância qualificadora de motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”).

Lamentavelmente, este crime encontra-se inserido num contexto de reiteração de atos de violência em face da população trans, que segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), disponível no site [antrabrasil.org/assassinatos](http://antrabrasil.org/assassinatos), o Brasil é o país com os maiores índices de violência e de assassinatos de pessoas trans em todo o mundo, registrando 124 crimes em 2019, 175 casos em 2020 e 80 assassinatos no primeiro semestre de 2021, em contextos de transfobia. (AGÊNCIA TJMA DE NOTÍCIAS)

## Certidões onerosas e gratuitas podem ser emitidas no site do Poder Judiciário

Durante o ano de 2021, a Distribuição do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) emitiu 10.590 certidões onerosas (pagas), gerando recursos no valor de R\$ 460.553,51 ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ). Também foram emitidas 764 certidões gratuitas para o público e recebidas 2.214 cartas precatórias (físicas e eletrônicas), conforme dados do setor disponibilizados nos sistemas eletrônicos (Themis PG, Pje, Malote Digital etc). Cerca de 13.800 solicitações foram atendidas por e-mail. Segundo o chefe da Distribuição, Anselmo Carvalho, “90% das mensagens recebidas por e-mail foram solicitações de certidões”. Anselmo Carvalho ainda destacou que durante todo ano de 2021, mesmo diante do quadro pandêmico da Covid-19, a Distribuição manteve o atendimento em 100% das demandas. Para maior eficiência e agilidade nas solicitações e comunicações

a unidade utiliza o Malote Digital, um sistema para envio de correspondências oficiais entre diversos órgãos, como delegacias, cartórios, etc. Em 2021, foram enviadas 1.992 mensagens no Malote Digital e a unidade ainda distribuiu 10.031 petições intermediárias no sistema judicial Themis PG.

### EMISSÃO DE CERTIDÕES

A Distribuição do Fórum Des. Sarney Costa atende às solicitações de certidões via e-mail para pessoas físicas residentes na Comarca da Ilha de São Luís e pessoas jurídicas com endereço em São Luís que não consigam emitir on-line por motivos de homônimos ou ocorrências processuais. As certidões são digitalizadas pelo setor e enviadas no e-mail do solicitante.

São gratuitas para pessoas físicas e podem ser emitidas diretamente no site do TJMA as certidões para fins eleitorais, de distribuição das ações penais, ações cíveis e de improbidade administrativa. As demais cer-

tidões são onerosas (física ou jurídica) e devem ser solicitadas para recebimento posterior por e-mail.

Para emitir o documento on-line (gratuito), o interessado ou a interessada deve acessar o site [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), selecionar o menu cidadão e clicar em “certidões negativas”, logo após será direcionado para a tela de preenchimento de dados da certidão.

No caso das certidões onerosas, o interessado ou a interessada deve antes gerar o boleto para pagamento (gerador de custas) e seguir os passos: acessar o portal do TJMA ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)), clicar no link “Gerador de Custas – Sistema Custas”, após, o usuário ou a usuária será direcionado para outra tela, nela deverá selecionar cálculo de custas do 1º grau, e depois certidões e alvará, escolher a certidão a ser emitida, calcular, gerar guia (preencher com as informações do sacado/parte pagante e marcar Contadoria Judicial do Fórum Desembargador Sarney Costa). Depois do pagamento das

custas, o interessado ou a interessada deverá encaminhar a solicitação da certidão onerosa para o e-mail da Distribuição do Fórum de São Luís ([distribuicao\\_slz@tjma.jus.br](mailto:distribuicao_slz@tjma.jus.br)). É necessário enviar por e-mail a primeira via do boleto, o comprovante de pagamento e o documento exigido para emissão da certidão (cartão CNPJ, se pessoa jurídica; e RG que tenha o número do CPF ou carteira de habilitação, se pessoa física). Em até cinco dias o solicitante receberá a certidão no e-mail informado.

### DISTRIBUIÇÃO

O setor é responsável pelo recebimento e cadastramento de petições iniciais (processos novos) e sua distribuição às Varas instaladas no Fórum de São Luís, como Varas da Família, Cíveis, Criminais, Fazenda Pública entre outras. Além disso, o setor recebe petições intermediárias e cartas precatórias, emite certidões e é responsável pela redistribuição e desmembramento de processos judiciais já em tramitação. A Distribuição do Fórum conta com 16 servidores, coordenados pelo secretário judicial que responde pela chefia do setor. O contato pode ser feito pelo e-mail [distribuicao\\_slz@tjma.jus.br](mailto:distribuicao_slz@tjma.jus.br) e pelos fones (98) 3194-5409/5408. O atendimento presencial é de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h, a unidade funciona no térreo do Fórum de São Luís.